



## TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC/IMA Nº 57/2020

### 1. CELEBRANTE

<b>Nome COMPROMISSÁRIO /Razão Social:</b> J M DA SILVA FRAGOSO RESTAURANTE
<b>CNPJ:</b> 08.749.305/0001-02
<b>Endereço:</b> Rua José Fragoso de Melo, 87, Centro, CEP: 57.980-000
<b>Município:</b> Joaquim Gomes
<b>Representante legal:</b> JAILDA MARIA DA SILVA FRAGOSO
<b>CPF:</b> 044. [REDACTED]

### 2. AUTORIDADE CELEBRANTE

<b>Nome:</b> INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS
<b>CNPJ:</b> 12.958.179/0001-73
<b>Endereço:</b> Av. Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2197, Mutange, Maceió-AL
<b>Representante Legal:</b> Leonardo Lopes de Azeredo Vieira
<b>CPF:</b> 047.215.814-75
<b>Cargo:</b> Diretor presidente

### 3. ORIGEM DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA

#### 3.1.

<b>Auto de infração:</b> Série A Talão 000122 Folha 006078
<b>Data da lavratura:</b> 23/10/2020
<b>Data do pedido de Suspensão:</b> 26/10/2020
<b>Valor original do Auto:</b> R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)
<b>Valor com exigibilidade suspensa:</b> R\$ 9.800 (nove mil e oitocentos reais)

### 4. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

4.1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta encontra previsão legal no Art. 36 da Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, que autoriza a suspensão da exigibilidade de até 70% (setenta por cento) da multa administrativa mediante o compromisso do autuado de prestar ou executar serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

4.2. Justifica a decisão de firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta a disposição do Art. 1º, VII, da Lei nº 6.340, de 3 de dezembro de 2002, que determina a utilização dos valores arrecadados com a aplicação de sanções

*Jailda*

www.ima.al.gov.br

82 3315-1737 / 1738 - FAX 82 3315-1734  
Av. Major Cícero de Góes Monteiro, 2197 - Mutange

**IMA**  
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE





pecuniárias em planos, projetos, programas e atividades voltadas à proteção do meio ambiente.

## 5. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O Compromissário compromete-se, pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, a prestar ou executar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente abaixo, nos prazos assinalados:

5.1. O COMPROMISSÁRIO reconhece haver descumprido a legislação em razão de ter animais silvestres nativos em cativeiro sem licença ou autorização do órgão ambiental competente (passeriformes), quais sejam, 03 (três) estevam, 01 (um) sabiá verdadeiro, 02 (dois) sabiás laranjeiras, 01 (um) sabiá poca, 01 (um) bico de veludo, 01 (um) patativa, 03 (três) curiós, 01 (um) papa capim, 02 (dois) bigodinhos, 05 (cinco) extravagantes, 03 (três) caboclinhos.

5.2. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO está ciente que não poderá reaver os animais apreendidos e elencados no item 5.1, bem como se compromete a não criar mais animais silvestres em desacordo com a legislação ambiental.

5.3. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a realizar a quitação do valor não suspenso de **R\$ 4.200,00** (quatro mil e duzentos reais), parcelado em 06 (seis) prestações mensais.

5.4. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a **doar: 20kg de Bananas, 10kg de Mamão, 10kg de Batata Doce, 10kg de Laranja, 05kg de Manga, 05kg de Pepino, 05kg de Melão, 05kg de Maça, 05kg de Goiaba, 05kg de Bovino (Coração e Musculo), 05kg de Frango, 02kg de Peixe, 30 Unid. de Ovos de Galinha, 20-30 unidades de Ovos de Codorna e 01 Garrafa de Mel**, os quais deverão ser entregues **uma vez por semana durante o período de 06 (seis) semanas consecutivas**, a contar da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta, na sede do CETAS IBAMA/AL das 08h às 12h e 14h às 17h, acompanhada da nota fiscal ou recibo que ateste a quantidade de alimentos em nome do COMPROMISSÁRIO.

*Jailda*





## 6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A aceitação e assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicam nas seguintes obrigações das partes:

### 6.1. DO COMPROMISSÁRIO:

- a) Recolhimento do percentual remanescente da multa, não atingido pela suspensão da exigibilidade de que trata este Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo indicado no respectivo documento de arrecadação fornecido pelo IMA/AL, juntando o comprovante aos autos;
- b) Renúncia expressa de qualquer medida judicial ou administrativa com o objetivo de infirmar o Auto de Infração lavrado pelo IMA/AL, objeto deste Termo ou de reduzir o seu valor, a partir de sua assinatura, independente de eventual rescisão por descumprimento;
- c) Cumprimento fiel e nos prazos assinalados as obrigações descritas no Item 5 deste Termo.

### 6.2. DA AUTORIDADE CELEBRANTE:

- a) Suspender a exigibilidade do valor objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta enquanto estiverem sendo prestados ou executados os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente constantes do item 5 deste instrumento;
- b) Promover a quitação da multa pecuniária cuja exigibilidade foi suspensa após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Compromissário;
- c) Autoriza a continuidade das atividades durante o período de validade do presente termo, desde que estejam sendo cumpridas as previsões legais e sendo cumpridos os prazos presentes nas cláusulas acordadas neste termo de ajustamento de conduta.

## 7. TERMOS GERAIS

7.1. Este Termo de Ajustamento de Conduta tem força de título executivo extrajudicial conforme preceitua o Art. 5º, §6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de

*Jaqueline*  
www.ima.al.gov.br

82 3315-1737 / 1738 - FAX 82 3315-1734  
Av. Major Cícero de Góes Monteiro, 2197 - Mutange







1985, e seu descumprimento implicará na aplicação de multa, equivalente ao valor remanescente não cumprido pelo Compromissário e sua inscrição na Dívida Ativa do Estado;

7.2. O descumprimento das obrigações do Compromissário, devidamente atestado por funcionário do IMA/AL, ensejará a rescisão unilateral do Termo de Ajustamento de Conduta pela Autoridade Celebrante e a restauração do débito remanescente nos sistemas do órgão, para consolidação e cobrança pelas vias normais;

7.3. O presente Termo de Ajustamento de Conduta refere-se única e exclusivamente à suspensão da exigibilidade da multa pecuniária decorrente do Auto de Infração identificado no item 3, não servindo como licença ambiental da atividade objeto da autuação nem produzindo efeitos na esfera penal.

7.4. Este documento é assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, por espontânea vontade das partes, que declaram estar cientes de todas suas condições.

Maceió, 03 de novembro de 2020.

*Jailda maria da Silva Fragoso*

**J M DA SILVA FRAGOSO RESTAURANTE**

**(JAILDA MARIA DA SILVA FRAGOSO)**

**DIRETOR PRESIDENTE DO IMA-AL (em exercício)**

TESTEMUNHA: *Sebastião Denezio da Silva*

CPF: 076 213344-95

TESTEMUNHA: *Wagner Samara E. Faustino*

CPF: 122 183.804-04